

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Gabriella da Silva Silveira

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES: A QUESTÃO DA PALESTINA

Rio de Janeiro

2022

Gabriella da Silva Silveira

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES: A QUESTÃO DA
PALESTINA

Monografia apresentada à Escola
Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio –
Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz)
como requisito parcial para aprovação no
Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Pedro de Araújo Quental

Rio de Janeiro

2022

Gabriella da Silva Silveira

AS GUERRAS ÁRABES-ISRAELENSES: A QUESTÃO DA
PALESTINA

Monografia apresentada à Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação
Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) como
requisito parcial para aprovação no Curso
Técnico em Gerência em Saúde.

Aprovado em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Pedro de Araújo Quental

FIOCRUZ/EPSJV/LABFORM

Marcello de Moura Coutinho

FIOCRUZ/EPSJV/LABFORM

Carolina Vianna Dantas

FIOCRUZ/EPSJV/LABFORM

*Dedico esse trabalho aos meus pais, que
sempre lutaram para que eu tivesse uma
educação de qualidade*

AGRADECIMENTOS

Não são todos os dias que completamos ciclos em nossa vida com orgulho pleno e muita dedicação. A realização deste trabalho é um desses momentos. Porém, ele não poderia se materializar ou ficar completo sem algumas pessoas que fizeram parte direta e indiretamente e me possibilitaram finalizar mais uma fase da minha vida.

Portanto, agradeço, primeiramente, a minha família que sempre buscou que eu tivesse um ensino de qualidade e me incentivou a alcançar tudo o que eu tenho, além de estar presente em todas as etapas desse projeto. Além disso, muita obrigada pai e mãe pela inspiração diária de quem eu quero me tornar. Através do amor eu fui criada e tudo que sou é graças a vocês.

Em igual importância, agradeço também ao meu orientador, com quem compartilhei ideias e construções e tornou possível a produção do presente trabalho, me auxiliando sempre que necessário e me incentivando e confiando em mim.

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e pela oportunidade de um ensino de qualidade e uma formação não só acadêmica e profissional, mas para a vida. Tive diversos ensinamentos com profissionais excelentes e serei eternamente grata a essa Instituição.

E para finalizar, dedico também esse agradecimento aos meus amigos que estiveram presente durante todo o processo e me incentivaram de todas as formas, sempre me apoiando quanto as minhas decisões e não permitindo que eu desistisse. Dessa forma, sou grata por todos os momentos de realização desse projeto, que permitiu meu crescimento e desenvolvimento e pelas pessoas que seguraram a minha mão durante a realização do mesmo .

*“Mesmo quando há duas partes
que tem razão, a justiça é um jogo
ilusório, porque é sempre julgada
pelo lado de quem vê.”*

*(YORAM KANIUK,
escritor israelense)*

RESUMO

A região do Oriente Médio já passou por diversos conflitos ao longo de sua história. Um exemplo disso, é a questão de Israel e Palestina que perdura até os dias de hoje sem resolução. Este projeto tem como objetivo analisar alguns aspectos históricos e culturais que desencadearam o conflito árabe-israelense na Palestina e refletir sobre os pontos de vistas das pessoas que vivem na região e são diretamente afetadas.

Além disso, o presente trabalho visa explorar soluções pacíficas afim do bem estar comum na região. Para tal, será abordado, primeiramente, como os estereótipos relacionados com a região do Oriente Médio dificultam a construção de uma visão imparcial sobre o conflito, sem pré-julgamentos. Problematisa-se, também, a partir do conceito de Orientalismo, formas como historicamente o Ocidente descreveu e retratou o Oriente.

Na primeira parte do trabalho, o estudo de natureza bibliográfica buscará retratar um panorama mais geral sobre os conflitos no Oriente Médio, principalmente a partir das interferências externas que ocorreram na região. Posteriormente, serão analisados os acontecimentos históricos que marcaram a disputa árabe-israelense na Palestina. E, por fim, será abordado as tentativas de resolução do conflito ao longo de sua história.

Palavras-chave: Oriente Médio; Orientalismo; Conflito árabe-israelense; Palestina

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Mapa localizando o Oriente Médio.....	13
Imagem 2 - Mapa étnico e religioso do Oriente Médio.....	15
Imagem 3 - Mapa étnico do Oriente Médio	17
Imagem 4 - Império Otomano antes de sua decadência	18
Imagem 5 - Liga árabe e blocos econômicos do local.....	19
Imagem 6 - Acordo de Skyes Picot	20
Imagem 7 - Formação do Estado de Israel	27
Imagem 8 - O mapa de Israel antes e depois da Guerra dos Seis Dias (1967)	30
Imagem 9 - Situação e histórico da Questão da Palestina	33

LISTA DE SIGLAS

EI - Estado Islâmico
ISIS - Islamic State of Iraq and the Levant
OLP - Organização para a Libertação da Palestina
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
RAU - República Árabe Unida
LAU - Liga Árabe Unida
EUA - Estados Unidos da América
CIA - Agência Central de Inteligência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

.....	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA-GEOGRÁFICA DO ORIENTE MÉDIO.....	13
1.1 O QUE É O ORIENTE MÉDIO.	13
1.2 COMO SURTIU O CONHECIDO COMO “ORIENTE MÉDIO”	14
1.3 HISTÓRICO DA REGIÃO.....	17
1.4 ESTERÓTIPOS DA REGIÃO E CONCEITO DE ORIENTALISMO DE SAID	20
CAPÍTULO 2 – ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA.....	24
2.1 O INÍCIO DE TUDO – MOVIMENTO SIONISTA, GUERRAS MUNDIAIS E A INFLUÊNCIA BRITÂNICA	24
2.2 GUERRAS ÁRABES ISRAELENSES	27
2.2.1 1948 - GUERRA DE INDEPENDÊNCIA.....	27
2.2.2 1956 - GUERRA DE SUEZ.....	28
2.2.3 1967- GUERRA DE SEIS DIAS	29
2.2.4 1968 - GUERRA DO DESGASTE, GUERRILHA PALESTINA E O SETEMBRO NEGRO	31
2.2.5 1973 - GUERRA DE YOM KIPPUR.....	32
CAPÍTULO 3 – SOLUÇÕES PACÍFICAS PARA O CONFLITO.....	34
3.1 TRATADO DE CAMP DAVID	34
3.2 ACORDO DE OSLO	35
3.3 WYE PLANTATION.....	37
3.4 1ª E 2ª INTIFADA	38
REFERÊNCIAS	42

INTRODUÇÃO

Este estudo destaca a relevância contínua do conflito árabe-israelense e, particularmente, a questão da Palestina e de Israel, como um dos problemas centrais do Oriente Médio.

Justifica-se a escolha do tema devido ao fato de que esse conflito afeta diretamente a diplomacia entre os países e a vida de diversas pessoas residentes ou não da região. Contudo, antes de adentrar nesse estudo propriamente dito, precisa-se compreender primeiramente, as relações do espaço geográfico onde ele está inserido, o Oriente Médio.

Portanto, para alcançar o objetivo de analisar o conflito árabe-israelense, será abordado durante o primeiro capítulo, a problemática dos estereótipos acerca do Oriente Médio. Inicialmente, será abordado a partir de um panorama histórico e geográfico, como surgiu essa região, desde a antiguidade, até o momento atual e demonstrar como é rica em cultura e além de conflitos e terrorismo, como retratado na mídia. Logo, será mencionado a queda do Império Otomano, assim como as interferências externas (principalmente britânica, francesa e estadunidense). Posteriormente, serão levantadas as problemáticas entorno da região, por exemplo, a sua nomenclatura, a questão territorial e sua abrangência, e os estereótipos da região que não surgiram por acaso, e sim por conta de uma imagem criada pelo Ocidente, como mostra o livro “*Orientalismo*”, de Edward Said.

Em seguida, para identificar as causas históricas do conflito árabe-israelense, será abordado no segundo capítulo o histórico das guerras que ocorreram no local. Portanto, desde o movimento sionista que consistia na busca dos judeus de um lugar para ocupar e criar um Estado próprio, o Estado de Israel, que se tornou mais forte após a manifestação anti-semita de Hitler pela Europa. Para tal, o lugar que reivindicaram, foi a Palestina, alegando que originalmente, os judeus (hebreus) ocupavam a área até serem expulsos pelo Império Romano no século I. No entanto, no lugar escolhido já vivia um povo, os árabes/palestinos. Ou seja, ambos achavam que tinham direito pela terra, e com isso, houve diversas disputas, como em 1948 a Guerra da Independência, em 1956 a Guerra de Suez, em 1967 a Guerra dos seis dias e em 1973 a Guerra de Yom Kippur, todas tendo como “vitorioso” Israel. No presente trabalho também será apresentado um retrato dos acontecimentos recentes na região.

Por fim, no terceiro capítulo, para problematizar as soluções pacíficas e analisar porque adquirem pouca visibilidade na esfera pública, serão retratados os acordos propostos, e se é um bem comum para ambos os povos.

Para alcançar tais objetivos, será utilizada a metodologia a partir de uma abordagem qualitativa, com estratégias de pesquisa a revisão de literaturas por meio da busca nas bases de dados Lilacs e Scielo, tendo como referência os descritores conflito árabe-israelense; Palestina e; Oriente Médio e; leituras preliminares para aprofundamento do tema de uma forma exploratória, visando a compreensão do assunto.

A primeira discussão sobre o Oriente Médio, é que ele tem a sua delimitação de certa forma controversa, uma vez que diferentes autores consideram abrangências regionais distintas. A razão da ausência de uma definição universal é porque definir essa área também se trata de um ato político. Existem seis fatores históricos, culturais e contemporâneos característicos que influenciaram de alguma forma a região. Entre eles tem o Império Otomano, o colonialismo europeu, o interesse da indústria do petróleo, a fundação do Estado de Israel, a influência estadunidense e o Islã (DAN SMITH, 2008, p.8).

Portanto, levando tais fatos em consideração, no presente trabalho, será usado como referencial e como integrantes da região do Oriente Médio, os seguintes países: Irã; Iraque; Síria; Arábia Saudita; Israel e Palestina; Jordânia; Líbano; Líbia; Egito; Argélia; Kuwait; Chipre e; Turquia. Serão desconsiderados grande parte do norte da África e o Sudão, pois embora tenham petróleo e o Islã seja forte, os dilemas de desenvolvimento que têm enfrentado em 50 anos de independência, se assemelham mais aos da África subsaariana e brotam das fontes históricas; e o Paquistão e Afeganistão, pois por mais que sejam países islâmicos, sua história recente e seus dilemas atuais são determinados por forças e problemas que, em aspectos fundamentais, diferem dos países médio-orientais (DAN SMITH, 2008).

Além dessa questão, vale ressaltar também a controvérsia e discussão acerca do nome “Oriente Médio”, uma vez que é fruto de uma visão eurocêntrica, de quando os europeus delimitaram e dividiram a região com fronteiras e limites políticos que não existiam na realidade. Citamos um pequeno excerto do livro “O Atlas do Oriente Médio”:

Já começam pelo nome: ele é oriental e médio em relação a quê? De início, o termo era britânico Middle East, sendo hoje bastante traduzido e usado. Na origem, ele é não apenas flagrantemente europeu, mas também reconhecivelmente imperial: a região ficava na metade de uma faixa do mundo que se estendia do Marrocos às Filipinas e que as potências europeias lutavam para dominar (DAN SMITH, 2008, p.8).

Ou seja, em um certo momento, a pessoa simplesmente não podia mais visitar seu colega de outra tribo sem passaporte, pois alguém determinou após uma visita que aquelas duas áreas deveriam ser divididas, sem se importar com as tribos já existentes no local. (MARSHALL, 2015, p.166).

Assim, pode ser explicado o motivo de tantos conflitos, está englobado um vasto conjunto de países que possuem menos em comum do que se imagina. (GRINBERG, 2000, p.99)

No conflito árabe-israelense, por exemplo, é notório a diferença de hábitos e costumes. Pode-se citar a questão de Estado-Nação, em que era apresentado como uma dificuldade dos países médio-orientais, por conta das realidades de pequenos grupos (como aldeias), em conviver com a realidade do grande grupo. Paralelamente, o Estado de Israel estava mais adaptado a tal forma em relação aos países vizinhos, tanto pelo perigo que o cercava, quanto pela origem dos imigrantes que o formaram (judeus que vieram principalmente de origem alemã, polonesa ou francesa), de tradições europeias familiarizados com conceitos de nacionalismo, partidos e eleições (KARNAL, 1994, pág. 23)

Adentrando nesse assunto, vale ressaltar que o conflito permanece até os dias de hoje. De acordo com BRENER (1997, pag. 6), basta presenciar uma única vez para se ter a impressão de que israelenses e árabes jamais vão se entender. Esse conflito vem de muitos séculos e muitos séculos durará, com direito a guerras, assassinatos de primeiros-ministros, como o israelense Itzhak Rabin, em 1995, ou de presidentes, como o egípcio Anuar Sadat, em 1981.

Contudo, vale destacar que o conflito entre árabes e judeus é relativamente novo, constatando menos de um século. Pouco tempo quando comparado às centenas de anos em que os dois povos viveram em relativa paz (BRENER, 1997, pag.7).

1.1 O que é o Oriente Médio

O termo “Oriente Médio” e seu significado constitui uma invenção recente, que começou a ser utilizado no início do século XX. Anteriormente, a região era conhecida como Oriente próximo e na antiguidade clássica, não existia um termo para toda região, cada um tinha sua própria denominação, como a Babilônia, e a Arábia. Os gregos antigos chamavam algumas vezes apenas de Ásia (KARNAL, 1994, p.10).

Geograficamente, o Oriente Médio configura-se como uma parte da Ásia, e um pequeno pedaço da África. No entanto, tal definição, não passa de uma interpretação geopolítica contemporânea, uma vez que não se pode encontrar, por exemplo, em um mapa posto como um continente, definido, tanto que há uma grande controversa sobre quais países são ou não pertencentes à área. Vale destacar também, que sua nomeação parte de uma noção eurocêntrica, tendo em vista que em determinado período da história, os países europeus, por conta de seus poderes políticos e sociais, se consideraram centro do mundo, e dividiram, como referência a eles próprios, o Norte, o Sul, o Ocidente/ Leste e o Oriente/Oeste (SMITH, 2008, p.8).

A world map with a light gray background. The landmasses are outlined in white. The Middle East region, including the Arabian Peninsula, Iraq, Syria, Jordan, and parts of Turkey and Iran, is highlighted in a solid green color.

Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2005.

13

Ao se tratar de um tema de uma área distante geográfica e politicamente, faz-se necessário para uma análise com a profundidade devida e compreensão do tema central do presente trabalho, um conhecimento mínimo do leitor sobre o Oriente Médio e, portanto, este capítulo retratará seu contexto de formação histórica, a fim de que se possa compreender a conjuntura atual.

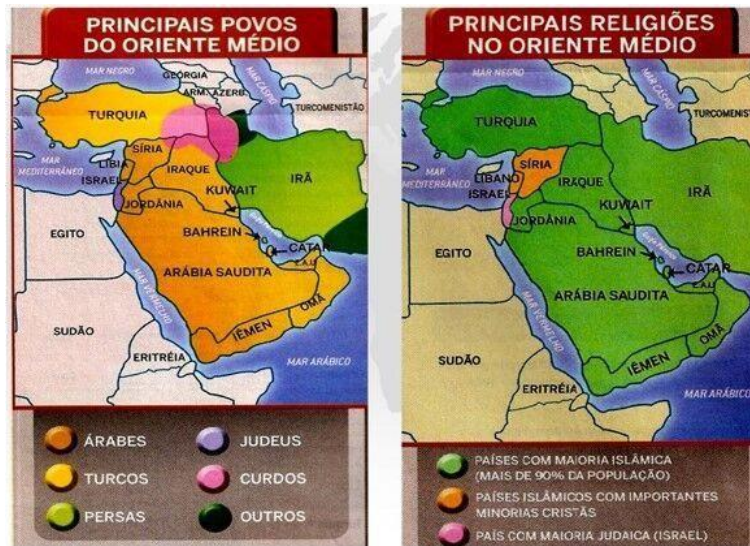
A geografia está muito mais presente em nossa vida do que percebemos. Ela delimita poder, guerras, política e o desenvolvimento social e humano, incluindo língua, comércio e religião. E assim é para todas as nações, grandes ou pequenas: a paisagem aprisiona seus líderes, dando-lhes menos escolhas e margem de manobra do que pensamos (MARSHALL, 2015, pág. 09).

Portanto, para entender as relações sociais, econômicas e políticas atuais do Oriente Médio e suas problemáticas, é necessário abordar, também, seu contexto histórico-cultural, os povos e línguas faladas no local e seus costumes e crenças.

Um estereótipo muito reproduzido socialmente, é que o Oriente Médio é uma região culturalmente atrasada. Porém, a região é o berço de grandes sociedades que influenciaram a história do mundo, como as sociedades mesopotâmicas e egípcias. Ambas tiveram grandes invenções, como a escrita cuneiforme e escrita hieroglífica, respectivamente. Além disso, foi de povos do Oriente Médio, o primeiro alfabeto sistematizado, que é o alfabeto do povo fenício, o qual permitiu surgimento de novas línguas, transmissão de culturas e histórias, como o alfabeto grego, cujo inspirou o alfabeto que utilizamos hoje, o português.

Na região, mais de 20 idiomas são falados, como o árabe, o turco, o persa e o hebraico, e a parte interessante, é que vários desses idiomas usados cotidianamente por milhões de pessoas, são cada um de um grupo linguístico diferente, e não possuem nenhuma semelhança. Além de outros idiomas locais, tem-se grande prática de inglês e de francês, especialmente por heranças coloniais. A região apresenta também uma grande variedade étnica. Estão presentes árabes, curdos, persas, azeris, turcos, armênios e cerca de outros 30 grupos aproximadamente, os quais compõem essa grande diversidade. Inclusive, pode-se perceber que alguns desses, como árabe, turco e persa compreendem-se tanto como idiomas, quanto um povo (FIGUEIREDO, 2016).

Imagem 2 – Mapa étnico e religioso do Oriente Médio.



Fonte: Site *Para além da sala de aula*, 2016.

Os persas, são um povo do planalto iraniano, que falam persa, também conhecido como idioma farsi. Inclusive, o famoso conto “mil e uma noites” não é árabe, como pensa o senso comum, e sim persa. Se trata de uma grande coletânea de histórias e folclore de diversas regiões, traduzidas para o árabe demonstrando a riqueza cultural da região. Os iranianos não se reconhecem como árabes e nem falam o idioma árabe. Além disso, há um grupo que está sendo extremamente perseguido nos últimos tempos, se trata dos yazidis, que tem a religião baseada no zoroastrismo, religião do antigo império persa. Tal perseguição é realizada pelo grupo intitulado como Estado Islâmico do Iraque e do Levante, conhecido pela sigla ingles ISIS, ou pelo termo árabe daesh.

Os árabes são um grupo heterogêneo de povos, sua origem são as tribos do deserto da península arábica, a maior península do globo. A expansão árabe levou seu idioma e identidade cultural para o norte da península e para o Magreb. Atualmente, uma pessoa pode ser definida como árabe por diversos fatores, como sua herança genealógica, sua identidade cultural (que falam o idioma árabe), ou até mesmo sua identidade política.

Quanto a divisão do islã, existem diversas, mas a maioria, que compreende cerca de 80% dos islâmicos do mundo, são os sunitas. Essa palavra tem derivação da palavra árabe “sunnah”, que vem da tradição e do costume, passada pelos registros históricos.

A segunda maior vertente, é o islã xiita, advém do termo árabe “seguidor de Ali”. A prática xiita baseia-se na ideia de que Ali Ibn Abi Talib, genro de Maomé, é seu sucessor. Os xiitas são maioria em poucas regiões, como no Iraque, Azerbaijão e no Irã.

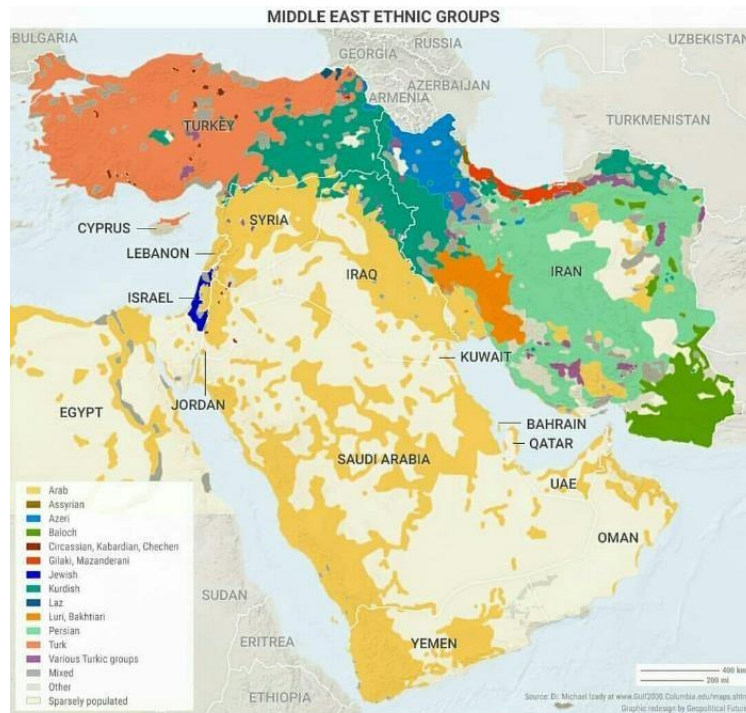
A prática xiita, assim como a sunita, possui diversas subdivisões e interpretações. E, por mais que no Brasil, seja comum ter a interpretação, do senso comum, de que os xiitas são radicais, essa visão não é compartilhada com todo o resto do mundo. Especula-se que a razão para tal pensamento predominante no senso comum brasileiro advenha da Revolução Iraniana, que foi realizada por grupos xiitas. No entanto, vale destacar que, qualquer religião ou até mesmo interpretação islã, pode ser “radical”. Logo, não faz sentido essa associação exclusivamente com o grupo xiita.

Além disso, como já mencionado, existe a presença de outras religiões, inclusive dentro da comunidade árabe, presentes no Oriente Médio como um todo. O Líbano, por exemplo, é um país multireligioso, e tem um presidente cristão.

Há também, na região, o único estado judeu do mundo, Israel. A ocupação dos judeus causou um dos maiores conflitos da região, uma vez que o lugar que escolheram para habitar, já era ocupado pelos árabes, na região que era conhecida como Palestina.

Portanto, conclui-se que o Oriente Médio apresenta uma presença histórica e cultural muito grande, e a região é composta por uma grande diversidade de povos, causando muitos conflitos.

Imagem 3 – Mapa étnico do Oriente Médio.



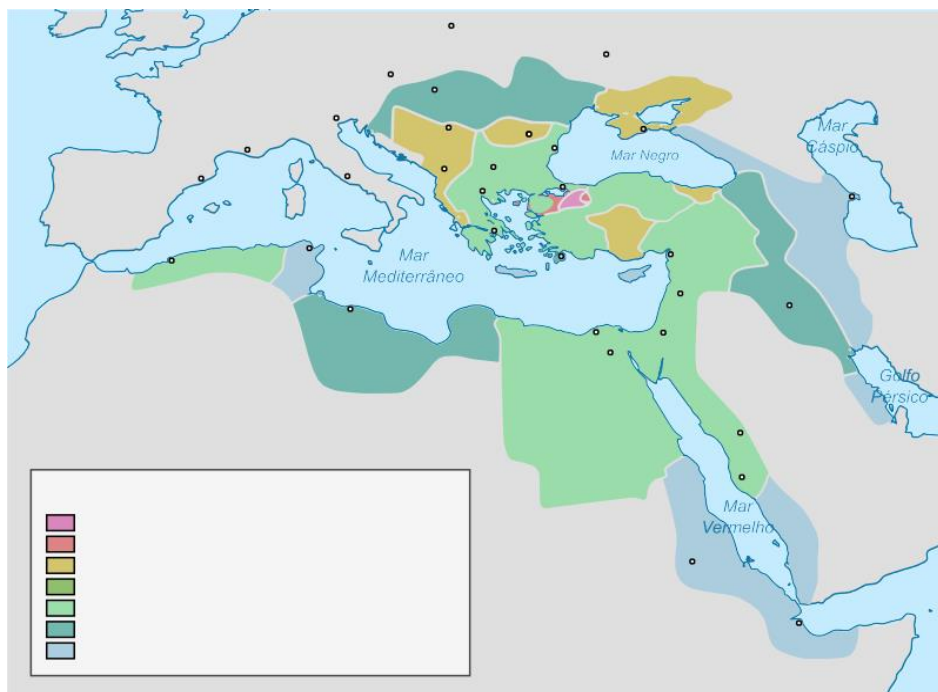
Fonte: IZADY, Michael, 2000

1.3 Histórico da região

Vale ressaltar também, importantes acontecimentos históricos, os quais são de suma importância para compreensão dos conflitos contemporâneos e geopolítica, que moldaram o cotidiano no quesito de história de poder e deixaram marcas. Um exemplo disso foi o Império turco-Otomano, o qual consistia no domínio dos turcos otomanos entre a primeira metade do século XIV até XVIII.

Eles tinham o controle de uma área muito vasta, o que se tornou um problema futuramente pois controlar e unir um território com tantas nações diferentes, com muita diversidade étnica e religiosa o qual incluía árabes, turcos, armênios, curdos e gregos se torna mais complicado para manter a coesão. Ou seja, a unificação política não produz automaticamente um Estado Nacional, principalmente quando as realidades locais e tribais e sua carga histórica e cultural permanecem presentes, fazendo com que por exemplo a religião muçulmana ou língua árabe sejam insuficientes para estabelecer essa unidade, um problema enfrentado também pelo pan-arabismo (FREIGNIER, 2002, p.15 e KARNAL, 1994, pág. 22).

Imagem 4 - Império Otomano antes de sua decadência



Fonte: WIKIMEDIA , 2017.

O xerife Hussein de Meca (1854-1916), um dos pioneiros do nacionalismo árabe que já havia lutado muito contra o domínio turco (que estavam do lado oposto dos franceses e britânicos na Grande Guerra), foi solicitado pela Grã-Bretanha, que havia decidido apoiar quem pudesse combater-los. O xerife aceitou e após dois anos, estava dirigindo uma revolta árabe, a qual beneficiou os ingleses e prejudicou muito os dominadores turcos. A partir disso, os líderes locais desejavam fundar a Arábia, um país para todos os árabes. Para tal, a Grã-Bretanha, principalmente o oficial diplomata britânico Thomas Edward Lawrence que liderou guerrilhas árabes na guerra, garantiram a eles um “grande Estado Árabe”, o que ficou apenas no imaginário pois em seguida, os ingleses favoreceram o futuro rival árabe, os judeus.

Vale destacar que apenas em 1945, após a Segunda Guerra Mundial e início do processo de descolonização, que foi fundada a Liga Árabe, a qual conta hoje com 22 países. Se trata de um grupo político criado a partir de interesses semelhantes. Nem todos os países compõem o Oriente Médio ou o Magreb, como o Sudão, Djibuti, as Ilhas Comores e a Somália. Porém, por mais que tais países africanos possuam diversos grupos étnicos e idiomas locais distintos, compartilham o idioma árabe e a religião islâmica (HILLS, 1992, p.4).

Imagem 5 – Liga árabe.

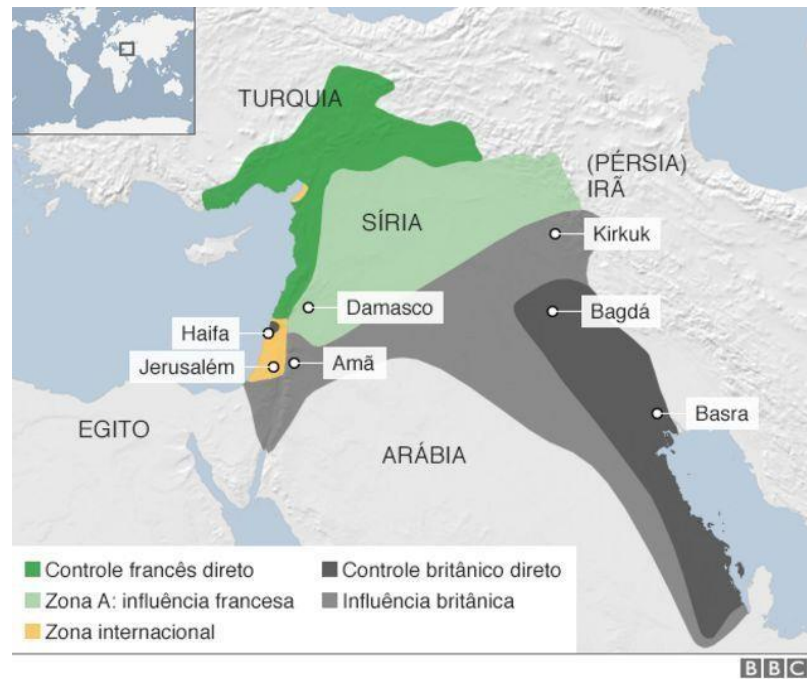


Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2013

A partir do século XVIII, aos poucos foi se firmando a presença europeia e somado com os problemas da política interna, o Império Otomano foi enfraquecendo. Porém, vale destacar que foi apenas após a Grande Guerra que teve sua decadência, com a consequência de repartição em vários países, passando a maioria para o domínio europeu, como a Palestina dominada pelos ingleses e a Síria, sob controle francês. No entanto deve-se ressaltar que para esse processo de composição de países, as nações europeias pensavam apenas nos interesses imperialistas, o que somado às rivalidades internas do Oriente Médio, se tornou uma combinação catastrófica.

Em 1916, o diplomata britânico coronel sir Mark Skyes teve a ideia de pegar um lápis e dividir através de uma linha, o mapa do Oriente Médio, indo desde o que hoje é considerado Israel até o atual Iraque. Tal linha se tornou parte de um acordo secreto com seu homólogo francês, François Georges-Picot, no qual o Norte ficaria sob controle francês e a área sul a hegemonia britânica. Antes do Skyes-Picot, não havia as mesmas fronteiras e nomes (MARSHALL, 2018).

Imagem 6 – Acordo de Skyes Picot



Fonte: BBC News Brasil, 2016

1.4 Estereótipos entorno da região e o conceito de Orientalismo de Edward Said

Sabe-se que os fatores históricos da região contribuíram para que o Oriente Médio apresentasse diversos desafios econômicos, políticos, estratégicos e sociais, que em conjunto, intensificam os problemas regionais. Se trata de uma área que nos dias de hoje, ainda apresenta uma das maiores crises regionais do planeta. Constantemente nessa região, guerras civis são desencadeadas, surgem a presença de grupos insurgentes e ocorre golpe militares, o que faz muitos considerarem a região um ambiente caótico.

No entanto, declarar esse espaço apenas como uma área de instabilidade política e antagonismos religiosos pode reforçar os estereótipos acerca da região e ocultar a diversidade de cultura e organização do lugar (DAN SMITH, 2008).

A criação desses estereótipos, advém de uma visão eurocêntrica e ocidental, em que reforça as relações de poder que o ocidente exerce sob o mundo. De acordo com Said (2003), um importante intelectual de origem Palestina,

As ideias, culturas e histórias não podem ser estudadas sem que a sua força, ou mais precisamente a sua configuração de poder, seja também estudada. Achar que o Oriente foi criado - ou, como eu digo, "orientalizado" - é acreditar que tais coisas acontecem simplesmente como uma necessidade da imaginação e agir de má-fé. A relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variados de uma complexa hegemonia (SAID, 2003, pág. 17).

Portanto, para definir o Oriente Médio, é essencial pensar além da definição plena, através de uma visão mais coerente e humanitária. Logo, não se deve resumir a região a questão geográfica e associar apenas os conflitos que ocorrem no local. É necessário compreender que há diversos significados, principalmente no campo das ideias e das representações, apresenta países variados com características diversificadas.

Para tal, é necessário, primeiramente, tirar a imagem de um lugar desértico/ abandonado, uma vez que há muita riqueza, por mais que seja mal distribuído, assim como existe cidades destacadas por isso até hoje, como Dubai, cujo é um exemplo de modernidade e de, como considera o Ocidente, civilização.

Deve-se desconstruir também, a ideia de que se trata de um lugar de gente selvagem/ bárbaras/ ignorantes, donos de todas as bombas e do terrorismo, que lutam por causa de religião, até porque seus conflitos, em grande parte, advêm essencialmente de causas políticas. Por fim, é necessário olhar além das notícias de jornal que resumem as mulheres da região com um extremo da existência de apenas mulheres cobertas com véu ou outro delas sensuais, dançando a dança do ventre, tocando flauta e encantando serpentes.

Para desconstruir a ideia de que é uma região culturalmente atrasada e mostrar como é berço de diversas civilizações e culturas, e reconhecer a importância da região não só na sua história através de suas inovações e tecnologias, mas também na geopolítica mundial atual, analisamos o trabalho do intelectual palestino Edward Said.

O primeiro estudo relevante sobre a temática foi em 1978, no livro “Orientalismo; O Oriente como invenção do Ocidente”, do intelectual norte americano de origem palestina Edward Wadie Said (1935-2003). Em seu livro, é analisado falas, textos e discursos, até chegar à conclusão de que o Ocidente criou (e cria) uma imagem acerca do Oriente, de que é atrasado, inferior, exótico, mágico e romantizado. Com isso, surge nossas visões contraditórias de por exemplo, das mulheres recatadas e com véu e ao mesmo tempo mulheres sensuais, com barrigas tanquinhos e joias dançando a dança do ventre ou de homens selvagens e primitivos que lutam simplesmente por causa de religião (DAMASCENO, 2016).

Portanto, analisando os discursos ocidentais, o Edward Said chegou à conclusão de que o Oriente Médio, para o Ocidente, é um lugar para além da região, é um lugar inóspito e hostil ao mesmo tempo que é romantizado e exótico, onde as pessoas andam mais com tapete voador do que com carros e aviões.

Além disso, vale ressaltar também a questão que há, quanto ao prejulgamento de que árabes, muçulmanos e pessoas médio-orientais em geral recebem, de que são terroristas. Tal preconceito se

intensificou após o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, em que, basicamente, a organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda executou a colisão de dois aviões comerciais contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial World Trade Center, na cidade de Nova York, matando todos a bordo, e pessoas presentes no edifício. Segundo Said,

Desde o Onze de Setembro, o terror e o terrorismo têm sido introduzidos na consciência pública com uma insistência espantosa. Nos Estados Unidos, a ênfase principal tem recaído sobre a distinção entre o nosso bem e o mal deles. Ou você está conosco, diz George Bush, ou contra nós. Representamos uma cultura humanitária; eles, a violência e o ódio. Somos civilizados; eles são bárbaros. Misturadas com tudo isso estão duas suposições errôneas: primeiro, a de que a civilização deles (o islã) é profundamente oposta à nossa (o Ocidente), uma tese baseada de forma vaga sobre a tese deploravelmente vulgar e redutora de Samuel Huntington a respeito do choque das civilizações (SAID, 2003).

Portanto, tal estereótipo advindo do senso comum de que o terrorismo nasceu e acontece apenas no Oriente Médio, por um grupo específico, é necessário desconstruir, para perceber que o terrorismo faz parte da história humana e existiu e existe em diversas culturas e países. Segundo o historiador Caleb Carr (1955),

O terrorismo é parte da história humana é uma forma de guerra, feita propositalmente contra civis e existe desde a antiguidade. Sendo assim, os terroristas não podem ser subestimados, uma vez que são soldados armados e treinados e organizado, por mais que o termo “soldado” seja polêmico por levar uma noção de honra e dignidade. Serve para lhes causar terror e lhes fazer aprovar/desaprovar políticas de seu território, no entanto isso sempre falhou e provavelmente irá falhar, uma vez que um país/ a região atacada nunca irá concordar com terroristas. Com isso, a violência vai gerando mais violência e o ciclo não para ().

Logo, pode-se concluir que o terrorismo não é algo criado recentemente ou através de Osama Bin Laden, uma vez que existe desde a antiguidade existe ataques propositais a civis que causa terror. Na idade média por exemplo, causava terror as pessoas um inimigo sequestrar um senhor feudal, causava terror para as pessoas daquele feudo. Logo isso não é exclusivo do Oriente médio tampouco do Islã, o que há nos dias de hoje são grupos religiosos e que usam argumentos religiosos exagerados para justificar suas matanças e busca por território e poder. Existe também grupos que se diziam judeus como o Irgun e Stern, no contexto da migração sionista palestina e grupos de outros países como o grupo pátria basca e liberdade, e o grupo republicano irlandês, no Reino Unido.

Além disso, tal premissa de quem está certo ou errado pode ser bem contraditória e deve ser questionada, uma vez que quando houve, por exemplo, o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) em 1999, foi descrito como uma “intervenção humanitária”, embora muitos de seus resultados tenham impressionado as pessoas como profundamente desumanos. Portanto, vale a reflexão de até que ponto, ou partindo de quem, os ataques preventivos para o combate ao terrorismo são aceitáveis (SAID, 2007, pág. 25).

Um questionamento que deve ser feito é qual foi a razão desses estereótipos criados pelo Ocidente. A possível resposta para isso foi que foi para se legitimar politicamente. Ou seja, enquanto o Ocidente cria uma imagem do Oriente como inferior, cria sua própria identidade e se legitima politicamente, colocando-se como superior.

CAPÍTULO 2 - ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINA

2.1. O início de tudo – Movimento sionista, Guerras Mundiais e influência britânica

Árabes e judeus possuem a mesma origem, suas línguas pertencem ao mesmo grupo, seus ancestrais viveram a milhares de anos no Oriente Médio e conviveram em paz por vários séculos. No entanto, esse cenário parece se tratar apenas de uma utopia pois a guerra entre tais grupos, que ocorre até os dias de hoje, gera uma impressão de que nunca irá se encerrar, especialmente de forma pacífica (HILLS, 1992, pág. 2).

O conflito entre Israel (que tem na maior parte de sua formação, os judeus) e Palestina (cuja a maioria é considerada árabe), teve início assim como em quase todas as guerras, por conta da disputa de uma pequena faixa de terra. Nesse caso, a região “escolhida” ainda é de extrema importância cultural e histórica para as três grandes religiões que compreendem mais da metade da população mundial atualmente: o cristianismo, o judaísmo e o islamismo (HILLS, 1992, pág. 3).

Por volta do ano 1000 a.C., o povo hebreu, que seguia uma religião monoteísta, fundou na Palestina o reino de Israel. Dez séculos mais tarde, foi também na Palestina que se originou o cristianismo, que pouco a pouco se expandiu pelo Império Romano. Ainda em tempos bastante remotos, os agricultores sedentários do vale do Nilo e da Mesopotâmia atraíam a cobiça de grupos de nômades, o que provocou uma série de migrações. As primeiras, vindas da península Arábica, começaram em meados do III milênio a.C. e resultaram na expansão dos povos semitas: babilônios, assírios, cananeus, arameus. Esses povos tinham uma base lingüística comum e deles descendem judeus e árabes (FREIGNIER, 2002, p.9)

Jerusalém, por volta 100 a.C. foi transformada em capital por Davi, rei dos judeus. Contudo, eles foram expulsos de lá pelos romanos, que a destruiu, em 135 d.C. Com isso, esse povo teve que se espalhar pelo mundo, sem ter um lugar para chamar de seu, mantendo apenas a religião e os costumes. Desde então, por cerca de vinte séculos, a região foi apossada pelos romanos, assírios, cruzados, turcos, Jordânianos, britânicos e árabes. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 70)

No século XIX, o movimento sionista ganhou força. Ele consiste basicamente na luta para conquistar o almejado Estado judeu, uma vez que durante esse período, o grupo que vivia a maioria pela Europa (especialmente Rússia e Polônia) sofrera muitas perseguições. Também teve grande influência o

crescente nacionalismo na Europa, em países como Itália e Alemanha. As ideias nacionalistas atingiram pensadores judeus como Theodor Herzl, que é considerado o principal líder, uma vez que criou o movimento ao unificar as várias correntes que lutavam e pregavam a ideia de um “lar nacional judaico”. O jornalista que nasceu na Hungria, em seguida, negociou com diversos governos e conseguiu fundos para comprar terras na Palestina – o lugar que os judeus ainda considerava como sua pátria histórica. No entanto, o programa sionista não levava em consideração os árabes que viviam na área, o que causou os desentendimentos futuros. (BASIC; CANEPA, 2002, pág. 72)

A Inglaterra, que passou a controlar a Palestina após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia simpatizado com a ideia a princípio. Porém era de uma forma um pouco controversa, uma vez que ora os concedia apoio, ora impunha limites à imigração com repressão armada aos imigrantes. Inicialmente, a fim de conquistar o apoio árabe, a Grã-Bretanha havia lhes prometido um grande Estado Independente no fim da guerra contra turcos e alemães, o qual incluía a Palestina. Contudo, o ministro britânico do exterior Arthur Balfour, em 1917, declarou aos líderes judeus que a Palestina era favorável à criação do “lar nacional judaico”, por mais que inicialmente o local pensado pelo Reino Unido para a locação dos judeus, era na Uganda, no centro da África, longe do interesse dos britânicos. Ou seja, a promessa feita por eles não teria como ser cumprida uma vez que ofereceram a mesma terra à dois grupos diferentes (KARNAL, 1994, pág. 25).

Assim, enquanto milhares de judeus começaram a emigrar para a região, os camponeses árabes da Palestina começaram a se revoltar pois perdiam seus trabalhos para os imigrantes, além de temerem que os eles se tornassem maioria. Logo, em 1936, a maior rebelião foi feita, com greve geral e ataques a bairros judeus. As tropas britânicas reprimiram o movimento e os judeus organizaram grupos armados para enfrentar a revolta palestina. Tais grupos agiam com violência extrema, atacando aldeias e bairros árabes. (HILLS, 1992, p.5)

Em 1938, o governo britânico propôs dividir a Palestina entre os árabes e judeus, porém ambas as partes recusaram. No ano seguinte, iniciou-se a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual o ditador Hitler perseguia diversas minorias, principalmente judeus, conhecido como Holocausto. O cenário político mudou, e a reivindicação sionista se tornou pauta mundial. Muitos judeus afirmavam que a única maneira de evitar a repetição do genocídio deles nos campos de concentração, era através da criação de seu Estado. Entre 1932 e 1938 cerca de 200.000 imigrantes entraram na Palestina. Para impedi-los, os

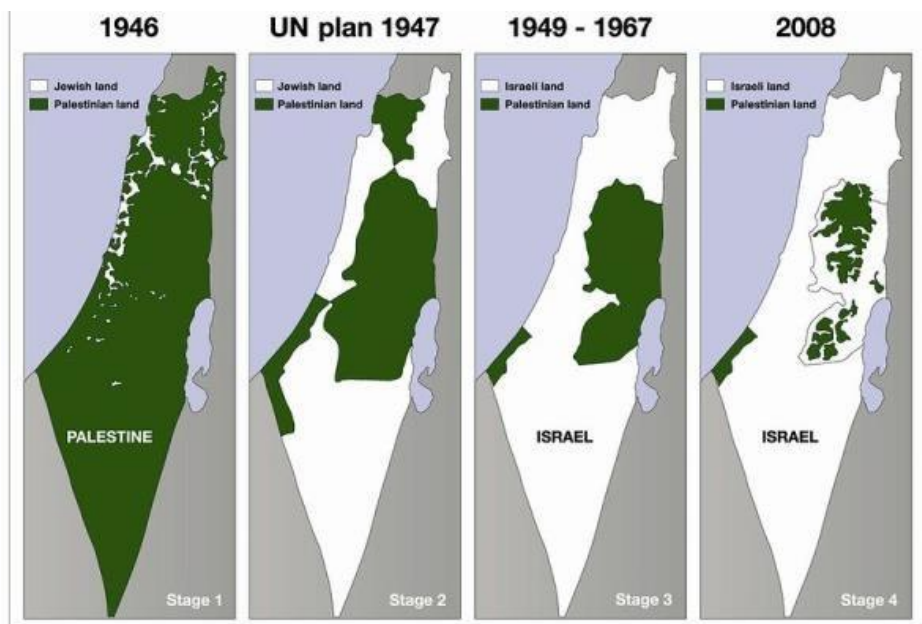
nazistas assassinaram cerca de seis milhões de judeus. No final da guerra, o número de imigrantes aumentou, assim como a simpatia internacional para com eles (HILS, 1992, p.5).

Em 1939, enquanto a Grã-Bretanha estava do lado dos Aliados na Segunda Guerra (contra Alemanha nazista), ainda necessitava do apoio árabe para garantir o petróleo pelo Canal de Suez. Logo, para agradá-los, o governo inglês decidiu aceitar apenas 75.000 novos imigrantes na Palestina nos próximos cinco anos e, depois, a imigração seria suspensa a menos que os árabes palestinos concordassem em receber mais judeus. No entanto, com a crescente perseguição na Europa, os líderes do movimento sionista não concordavam com os limites impostos. Com isso, alguns deles iniciaram uma luta armada na Palestina contra os ingleses. Surgiram também, grupos armados que se destacaram pela violência, como o Stern e Irgun. Grupos nacionalistas árabes aumentaram também as ações contra o domínio britânico, houve até mesmo líderes árabes se aliando à Alemanha, a fim de expulsar os ingleses do Oriente Médio. (HILLS, 1992, p.6)

Após o fim da Guerra, em 1945, se tornava cada vez mais frequente os enfrentamentos entre armados judeus e nacionalistas árabes, e a tropa britânica, vitoriosa contra o nazismo, passou a combater ambos os grupos. No entanto, em julho de 1946, os ingleses se convenceram de que deviam deixar a Palestina, após extremistas judeus explodirem a sede do quartel-general britânico em Jerusalém, o Hotel King David, e foram fazendo isso aos poucos. Com isso, os ingleses entregam o problema a ONU (Organização das Nações Unidas), estabelecida pelos Estados Unidos, o qual substituíra a antiga Liga das Nações e em 1947, ela anuncia o plano de partilha da Palestina em um Estado duplo, um judeu e outro árabe, sendo Jerusalém, a cidade santa, sob controle Internacional. (HILLS, 1992, p.6)

Por mais que judeus tivessem aceitado a proposta pois teriam a garantia de um Estado na Palestina depois de quase dois mil anos, os árabes se sentiram prejudicados e a guerra se instaurou. Em 14 de maio de 1948, o último soldado inglês deixou a Palestina e com a ajuda dos Estados Unidos e da União Soviética, o primeiro-ministro David Ben Gurion, junto dos judeus proclamou a criação do Estado de Israel. (FREIGNIER, 2002, pág. 27)

Imagem 7 - Formação do Estado de Israel



Fonte: Carta Campinas, 2021

2.2. Guerras árabes-israelenses

2.2.1. 1948- A Guerra da Independência

De maio de 1948, horas depois da declaração da Independência de Israel, até janeiro de 1949, ocorria a Primeira Guerra Árabe-Israelense. Um lado era representado por alguns países da Liga Árabe, dentre eles o Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Arábia Saudita e do outro o recém- criado Estado de Israel. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 74)

Em um primeiro momento, as forças árabes levaram vantagem nas frentes de combate. Contudo, gradativamente isso foi se alterando e apesar da superioridade árabe, eles estavam divididos, sem uma coordenação estratégica dos exércitos e cada um querendo conquistar uma fatia da palestina, o que permitiu o equilíbrio israelense logo no primeiro mês. (HILLS, 1992, pág. 8)

Em seguida, o mediador da ONU, conde Folke Bernadotte, conseguiu negociar uma trégua, uma vez que israelenses já quase não tinham mais armas e munições. Nos termos, nenhum país poderia vender armas aos Estados árabes e nem para Israel durante esse período. No entanto, os israelenses foram favorecidos pois contaram com um forte apoio estadunidense e alguns países ocidentais, tanto do ponto

de vista material quanto financeiro, e apenas em quatro semanas, conseguiram 50 milhões de dólares que foram destinados a compra de armas da União Soviética, enquanto Grã Bretanha, de onde os árabes compravam, respeitou o bloqueio internacional (HILLS, 1992, pág. 8).

Com isso, Israel sai vitorioso e pode-se observar drásticas modificações territoriais, comparadas com o proposto pela ONU, como por exemplo Jerusalém, que havia sido definida como internacional, e após a guerra foi dividida em duas partes: a parte ocidental pertencente a Israel, e a oriental à Jordânia, que passou a controlar também a margem ocidental do Rio Jordão, conhecida como Csjordânia. A Faixa de Gaza ficou sob o comando do Egito. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 75)

Assim, com o aumento do territorial de Israel em cerca de três quartos da Palestina, houve a expulsão de quase um milhão de palestinos das terras conquistadas. Com isso, o sonho do sionismo havia se concretizado mas iniciava uma questão para um outro povo, os árabes que habitavam na Palestina e ficaram sem um território nacional, denominada Questão Palestina (HILLS, 1992, pág. 9).

2.2.2. 1956 - Guerra de Suez,

O Canal de Suez foi construído ao final do século XIX, afim de estabelecer uma ligação entre os mares Vermelhos e Mediterrâneos, por conta de uma demanda das metrópoles europeias para encurtar as distâncias entre as suas colônias. O canal estava situado em território egípcio, porém administrado por um consórcio franco-britânico. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 76)

No entanto, em 1956, ocorreu uma crise política, conhecida como Crise de Suez ou Guerra do Sinai. Na época, o Egito tinha como presidente Gamal Abdel- principal líder nacionalista árabe, que defendia a união árabe contra Israel. Ele já havia conseguido apoio soviético para reconstruir seu exército e dos Estados Unidos e Grã Bretanha para construir uma represa em Assuã, no rio Nilo e garantir energia elétrica e irrigação a uma boa parte do Egito. Porém, quando os britânicos pensaram nesse crescente nacionalismo como ameaça aos seus interesses no mundo árabe, retiraram-se da construção. Como reação, o presidente egípcio anunciou a nacionalização da Companhia do Canal de Suez com o argumento de utilizar o lucro pra financiar a construção e proibiu navios israelenses de passarem pelo Canal (HILLS, 1992 pág. 10).

Com medo de impedia passagem do petróleo do Oriente Médio para o Ocidente, a França e Inglaterra decidiram propor secretamente um ataque conjunto com Israel para retomar o canal e usaram

como alegação o Tratado de Constantinopla (1888) que dava liberdade a qualquer país utilizar o canal. Com isso, com uma ação mais ou menos conjunta, Israel invadiu a península do Sinai, enquanto as forças da França tomavam a zona do Canal de Suez através de pará-quedistas e a força aérea britânica bombardeava aeroportos militares egípcios. Quando as potências europeias conseguiram ocupar o canal, ordenou a retirada dos egípcios e quando foi recusado, invadiu seu território. A ação foi duramente condenado tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética, o que fez com que as tropas abandonasse a o Suez (HILLS, 1992 pág. 11).

2.2.3. 1967 - Guerra dos seis dias

A Guerra dos seis dias, um conflito armado entre Israel contando com apoio dos EUA, e a frente árabe, formada por Jordânia, Egito, e Síria, apoiados pelo Kuwait, Iraque, Argélia, Arábia Saudita, e Sudão e genericamente apoiados pela União Soviética, redesenhou o mapa do Oriente Médio e, pode-se dizer, que foi um grande marco histórico que impactou até na participação de potências imperialistas no desenrolar do conflito. (GHERMAN, 2021)

Nasser, líder egípcio, tentava unificar os árabes convocando a jihad, a guerra santa islâmica contra Israel. Além disso, a pedido do mesmo, a tropa de paz da ONU que estava estacionada na fronteira de Israel e do Egito, na República do Sinai desde 1956 se retirou, fazendo com que Nasser concentrasse ali centenas de tanques. Paralelamente, todas as manhãs, os aviões egípcios levantavam voo para patrulhar a fronteira com Israel (BASIC e CANEPA, 2003: 78).

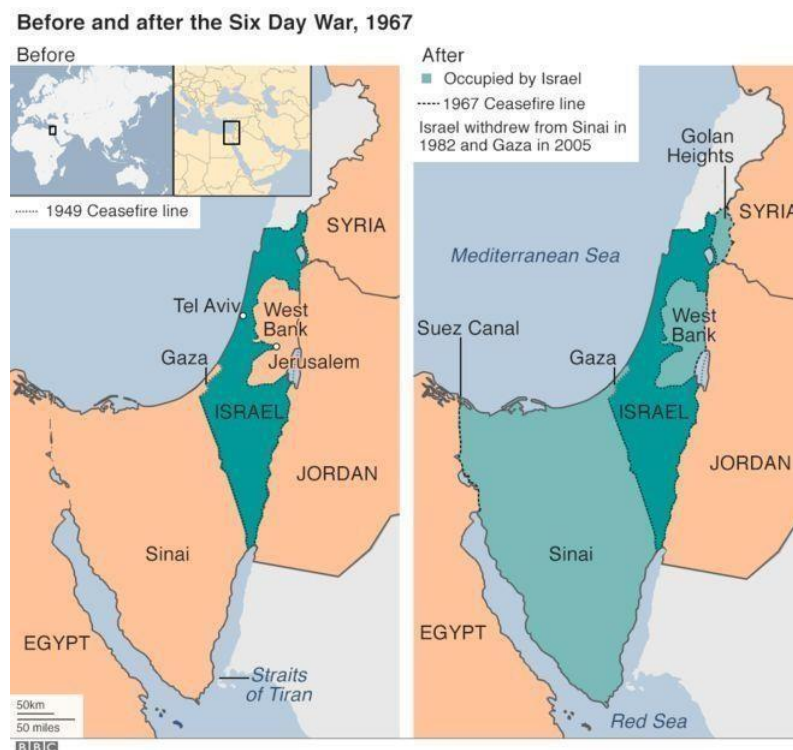
Israelenses, sabendo disso, pouco depois do retorno dos aviões, atacam, e assim inicia a guerra a partir da ideia de que está na iminência de ser invadido. Inicialmente, Israel pensava que essa guerra duraria muito tempo. No entanto, a guerra se desenrola em 6 dias e nesse tempo, Israel conquista mais território que tinha até então, derrotando países que estavam com eles. Apenas ao fim do primeiro dia, o exército judeu havia destruído mais de quatrocentos aviões árabes, perdendo apenas 26 aparelhos. O exército egípcio já não tinha proteção aérea e os tanques israelenses puderam avançar sem problemas pelo Sinai (BASIC e CANEPA, 2003:17).

Em seguida, a Jordânia, tentando aliviar a pressão do Egito que já havia perdido a península do Sinai, o controle do canal de Suez, e faixa de Gaza, entrou na guerra. Porém, os Jordânicos foram abatidos na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, depois das mais violentas batalhas da guerra. Israel

colocou também suas forças para combater os sírios, que disparavam contra o território israelense a partir das colinas de Golan. Em poucos dias, os sírios também foram vencidos e Israel ocupou tais elevações (BASIC e CANEPA, 2003: 17).

Ou seja, com uma ação militar fulminante, Israel conseguiu com a Guerra dos Seis Dias derrotar o Egito, a Síria e a Jordânia, além de ocupar parte dos territórios desses países. Isso representava mais de 72.500 km², triplicando o seu território, vitória considerada fantástica do ponto de vista do exército, e isso consequentemente alterou o equilíbrio político do Oriente Médio para sempre. Porém, no pós guerra, a política interna de Israel se encontrava com um novo dilema: lidar com uma população que foi ocupada e se encontrava revoltada. Portanto, assim que se deu o fim da guerra, Israel se dispôs a negociar paz com os vizinhos árabes, porém nenhum aceitou pois significaria reconhecer o Estado de Israel.

Imagem 8 – O mapa de Israel antes e depois da Guerra dos Seis Dias (1967)



Fonte: BBC, 2017.

2.2.4 1968 - Guerra do Desgaste, Guerrilha Palestina e o Setembro Negro

Os países árabes reunidos em uma conferencia no Sudão, resolveram intensificar a luta pela recuperação da Palestina e para tal, os Estados mais ricos, como Arábia Saudita e Kuwait, concordaram em repor perdas da guerra do Egito, Síria e Jordânia, além de contar com o apoio soviético. Do lado oposto, era ampliada a ajuda militar de Israel, pelos Estados Unidos, preocupados com a influencia da União Soviética no Oriente Médio.

Contando com o novo armamento, a estratégia de Nasser foi anunciar a guerra do desgaste, para enfraquecer as defesas israelenses. Esse duelo durou dois anos e dia após dia, canhões egípcios bombardeava forças israelenses ao longo do Canal de Suez e Israel por sua vez respondia a cada ataque. Havia também batalhas aéreas através de aviões. Como resultado, houve dezenas de mortes de civis de ambos os lados.

Contudo, vale destacar que a violência no Oriente Médio não acabou com o cessar fogo entre Egito e Israel. Os palestinos que estavam refugiados seguiam com a tentativa de retomar áreas ocupadas pelo Estado judeu e redobram ataques aos mesmos. Além disso, o Al Fatah, uma organização militar criada em 1956 por Yasser Arafat, se incorporou a a Organização de Libertação da Palestina (OLP), e teve como presidente em 1969 o próprio Arafat, que foi reconhecido internacionalmente. Paralelamente, a OLP, que passou a contar com armas modernas graças ao dinheiro entregue pelos países produtores de petróleo, se transformou no maior inimigo de Israel.

Apesar desse apoio oficial à OLP, nem sempre os governos árabes tinham boa relação com os palestinos. Nos campos de refugiados, milhares de palestinos se convertiam ao socialismo e terminavam se aliando aos partidos de esquerda ou às forças nacionalistas que se opunham aos governos conservadores do mundo árabe. Os países árabes ainda sofriam represálias de Israel, logo depois de qualquer ataque da guerrilha palestina (HILLS, 1992, pag. 20).

Um episódio conhecido como “Setembro Negro”, marcou a história do conflito. Basicamente, o que ocorreu foi que, por muitos anos, a OLP operou a partir da Jordânia. O país recebia tantos refugiados, que o número de palestinos superava o da população local. No entanto, em 1970, temendo o crescente poder da organização, que ameaçava o governo do rei Hussein, o exército Jordâniano tentou desarmar a guerrilha Palestina, iniciando uma guerra civil. Após combates violentos, as forças legais do rei venceram a OLP, com resultado de cerca de 4000 palestinos mortos no confronto. Consequentemente, a organização viu-se forçada a abandonar o lugar, refugiando-se no Líbano. Portanto, mais de um milhão de palestinos se transferiu para o país. O Setembro negro acentuou a divisão

árabe, e o novo governo egípcio – Nasser morrera em 1970 – acreditava ser impossível as negociações de paz enquanto Israel estivesse tão forte. Portanto, o presidente Anwar el-Sadat decidiu lançar um ataque surpresa, que unisse os árabes, forçando Israel a negociar em situação de inferioridade. Para tal, o exército egípcio, modernizado com armas e acessórios militares soviéticos, selou em 1973 um acordo com a Síria para um ataque conjunto contra israelenses, escolhendo o dia de Yom Kippur (HILLS, 1992).

2.2.5 1973 - Guerra de Yom Kippur

Entre os vários conflitos ocorridos entre árabes e israelenses, está a Guerra do Yom Kippur, que durou cerca de vinte dias no mês de outubro de 1973. O nome dessa guerra está relacionado com o feriado judaico do Dia do Perdão – Yom Kippur, em hebraico, cujo judeus realizavam jejum, arrependendo-se dos erros que cometera no ano. E o motivo principal do conflito foi a anexação de territórios sírios e egípcios por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, em julho de 1967.

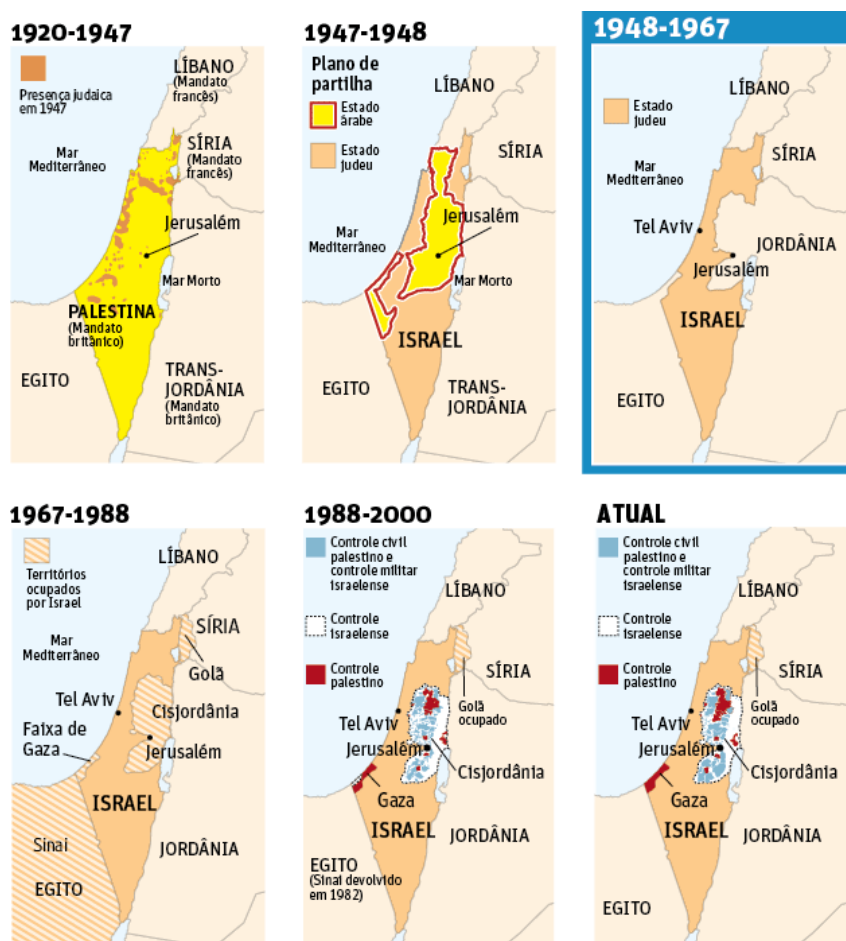
Aproveitando as comemorações judaicas e de falhas no sistema de inteligência do exército israelense, Egito e Síria atacaram Israel em 06 de outubro de 1973, iniciando pelo começo da tarde. Centenas de aviões egípcios bombardearam as bases aéreas israelenses no Sinai, enquanto diversos caminhões e lançadores de foguetes disparavam contra as posições de Israel perto do Suez. Recebendo o sinal, centenas de tanques sírios avançaram contra defesas israelenses de Golan. O primeiro ataque foi um sucesso, uma vez que diversos soldados israelenses estavam de licença por conta do Dia do perdão, além de quase todas as posições israelenses estarem mal defendidas (BASIC e CANEPA, 2003:22).

No entanto, ao ser atacado pelos dois exércitos, os israelenses decidiram concentrar forças na frente Síria, uma vez que o perigo era maior. A tática funcionou e em apenas três dias, Israel recuperava Golan, e avançava contra a capital Síria, Damasco. Seus próximos passos eram contratacar o Egito, o que ocorreu em 14 de outubro, no deserto do Sinai, derrotando os egípcios em uma das maiores batalhas de tanque da história. O exército egípcio, uma semana depois, estava cercado no Sul do Sinai, enquanto outras forças avançavam em Cairo, a capital. O resultado foi Israel vitorioso novamente.

Tal Guerra tem uma grande importância, uma vez que garantiu aos EUA e URSS fazer grandes acordos, vendendo armas para ambos os lados. Porém, com um temor das superpotências de que a guerra incendiasse todo o Oriente Médio, ameaçando seus interesses na região, a Casa Branca pressionou Israel para assinar um cessar-fogo. O mesmo ocorreu com Moscou e seus aliados egípcios.

Como consequência da guerra, por mais que Israel tenha saído vitorioso, o ataque bem sucedido árabe abalou sua superioridade. Além disso, os árabes não só perceberam que podiam trabalhar juntos, mas também descobriram uma poderosa arma: o petróleo. Durante o conflito, os Estados produtores de petróleo pressionaram os Estados Unidos e outros países ocidentais, para que caso não reduzissem a ajuda a Israel, romperia o fornecimento do combustível. Os países árabes chegaram a se reunir para determinar aumentos de preço do ouro negro, o que iniciou uma crise econômica internacional. Além disso, vale destacar que após a guerra, a OLP passou a ser reconhecida internacionalmente e representar o povo palestino, sendo admitida inclusive como membro observador da ONU em dezembro de 1974.

Imagem 9 – Situação e histórico da Questão da Palestina



Fonte: Blog da Boitempo

CAPÍTULO 3 - SOLUÇÕES PACÍFICAS PARA O CONFLITO

3.1 - 1978 - Tratado de Camp David

O Tratado de Camp David marcou a normalização das relações entre Israel e Egito. Foi o primeiro acordo de paz entre um país árabe e o Estado de Israel.

Apenas quatro anos após a Guerra do Yom Kipur, em 19 de novembro de 1977, o presidente egípcio Anuar Sadat, da esquerda, foi a Israel, a convite do governo de Menachem Begin, líder da direita israelense, para uma visita surpreendente e histórica. Um mês depois, Begin retribuiu o gesto e viajou a Ismailia, no Egito. (FREIGNIER, 2002, pág. 40)

Como o uso político do petróleo assustou as superpotências tanto americanas, quanto soviéticas, eles concordaram em promover negociações para a paz no Oriente Médio. Portanto, ao observar o gesto de Sadat, o presidente americano imediatamente o apoiou e além disso, Jimmy Carter se ofereceu para mediar o processo de paz. (HILLS, 1992 pág. 25)

No entanto, foi apenas em setembro de 1978, que o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, convidou Sadat e Begin para realizar as negociações finais em Camp David, casa de veraneio oficial do governo americano. Porém, vale destacar que o acordo não foi pra frente da primeira vez, pois Begin agiu com uma postura ultranacionalista, alegando direito divino dos judeus e defendendo a terra da Palestina. Em 1979, foi ratificado em Washington, e finalmente, o acordo estabeleceu relações diplomáticas entre Israel e Egito, acertando a retirada de israelenses do Sinai e prevendo uma solução negociada para a autonomia dos palestinos da Cisjordânia e de Gaza. De acordo com Freignier (2002):

em novembro de 1978, os outros chefes de Estado árabes (reunidos no Iraque) decidiram não reconhecer os acordos de Camp David. Por instigação do dirigente líbio Muamar Kadafi, formou-se uma frente política contra o Egito, que foi expulso da liga árabe. Bem depressa, a aplicação dos acordos de Camp David se revelou decepcionante. Embora os Israelenses saíssem do Sinai no prazo combinado (1982), o problema palestino continuou sem solução (FREIGNIER, 2002).

Parte da opinião pública de Israel não aceitava devolver categoricamente os territórios ocupados, em particular a região da Cisjordânia. E se torna ainda mais complexo, quando o governo Begin iniciou uma política de instalação de colônia judaica em Golan e na Cisjordânia.

Por fim, enquanto o tratado entre Israel e Egito dava esperança de retorno de paz no Oriente Médio, em outros momentos, as tensões retornavam, a começar pela guerra civil que estourara no Líbano. Além disso, o acordo se tornou um símbolo apesar de todas as limitações, de que até inimigos tradicionais tem a possibilidade de negociação (KARNAL, 1994).

3.2 Acordo de Oslo

O início da década de 90 é considerado muito favorável para a busca de uma solução para a Questão da Palestina. Em 1993 e em 1995, lideranças das duas partes firmaram os Acordos de Oslo, lançando esperanças para processo de paz. Infelizmente, posteriormente as expectativas se frustraram e desde o início do século XXI, uma solução pacífica efetiva parece cada vez mais distante. (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 91)

A Conferência de Paz para o Oriente Médio (1991), reuniu Israel e alguns dos vizinhos árabes, incluindo representantes dos palestinos. Após o fim da Guerra Fria e a vitória na Guerra do Golfo, amnas no mesmo ano, os Estados Unidos tentou implantar um ambicioso projeto de estabilizar politicamente o Oriente Médio. Israel, sob intensa pressão de seu maior aliado, aceitou negociar com os palestinos. A Guerra do Golfo jogou ainda a favor da paz ao neutralizar o poder de Saddam Hussein, principal porta-voz do nacionalismo árabe e da retórica anti-Israel. (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 91)

Além disso, vale destacar como outro fato decisivo, a troca de governo em Israel. As eleições de 1992 encerraram provisoriamente o domínio dos conservadores, radicalmente contrários a qualquer negociação ligada a devolução de territórios. Uma coalizão liderada pelo Partido Trabalhista – centroesquerda israelense - assumiu o poder, determinada a dialogar com os palestinos com base no princípio "terra em troca de paz". Além disso, o custo para a manutenção da ordem na Faixa de Gaza e na Cisjordânia mostrava-se cada vez mais oneroso para Israel. Segundo Nelson BACIC e Beatriz CANEPA (2003):

Em setembro de 1993, Yasser Arafat e o novo primeiro-ministro de Israel, o trabalhista Yitzhak Rabin, firmaram em Washington o Acordo de Paz de Oslo - que recebeu este nome por ser fruto de negociações secretas ocorridas em Oslo (Noruega). Pela primeira vez desde o surgimento de Israel, os dois lados reconheceram o direito recíproco à existência, fato que aparentemente lançava as sementes para a eventual solução negociada para a Questão Palestina. Sob o olhar satisfeito do então presidente Bill Clinton, o histórico aperto de mãos entre Arafat e Rabin nos jardins da Casa Branca (13 de setembro de 1993) (CANEPA, 2013).

Foi assinada a "declaração de princípios", uma complexa carta de intenções, na qual Israel e OLP se comprometiam a levar adiante as conversações para a implantação de um governo palestino com autonomia limitada na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Nesse momento, criava-se também a Autoridade Palestina (AP), uma espécie de pré-governo, para um Estado palestino. Portanto, a partir deste momento, a OLP foi substituída pela AP, que teve Arafat escolhido como seu primeiro presidente. (BACIC e CANEPA, 2003, pág, 92).

O Oslo I, foi assinado em maio de 1994. O acordo garantia a retirada do Exército israelense de grande parte da Faixa de Gaza e de uma cidade palestina na Cisjordânia, Jericó. Além disso, conforme o projeto de autonomia transitória acertado, os palestinos, através da AP, assumiram a administração civil e a segurança interna, ficando a defesa e as relações exteriores nas mãos de Israel. (BACIC; CANEPA, 2003, pág, 94)

Israel e a AP avançaram nas negociações e detalharam a ampliação da autonomia palestina na Cisjordânia. O Acordo de Oslo II assinado em Washington, em setembro de 1995 - instituiu uma complexa divisão da Cisjordânia em três zonas: a Zona A com as oito principais cidades da Cisjordânia, todas de maioria palestina. A Zona B abrangia quase todas as 450 vilas palestinas. E a Zona C englobava as áreas das colônias (assentamentos) e vilas judaicas implantadas após a ocupação israelense da região, em 1967. Porém, cada zona possuía um estatuto diferenciado.

Após a assinatura do Oslo II, o processo de paz praticamente estancou. O então primeiro- ministro israelense, Yitzhak Rabin, no final de 1995, foi assassinado por um fanático judeu indignado com a entrega de terras aos palestinos. A tragédia evidenciou a desarmonia da sociedade israelense. Como reflexo da opinião dos judeus, os conservadores voltaram ao poder. Em 1996, o líder do Likud (agrupamento político que representa a direita israelense), Benyamin Netanyahu, assumiu o cargo de primeiro-ministro de Israel. Seus três anos de governo foram desanimadores para o processo de paz. O líder adiou até o possível o que havia sido acordado, recusando a promover novas desocupações. Além disso, desafiou as determinações do acordo e retomou a construção de colônias judaicas na Cisjordânia e na parte árabe de Jerusalém. (BACIC e CANEPA, 2003, pág, 95).

3.3 Wye plantation

Apenas a intensa pressão do governo norte-americano pôde explicar a assinatura de novo acordo entre israelenses e palestinos, em outubro de 1998. Após exaustivas reuniões num centro de conferências em Wye Plantation (Estados Unidos), mediadas pelo presidente Bill Clinton, Israel aceitou ampliar a autonomia palestina na Cisjordânia. Assim, retomando o que havia sido decidido pelos acordos anteriores. No entanto, quando Netanyahu deu início às retiradas militares, não conseguiu concluí-las, por conta da acirrada oposição da ala ultraconservadora. O primeiro-ministro israelense perdeu o apoio da coalizão governista e acabou renunciando (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 96).

Com as novas eleições, a vitória eleitoral foi do líder trabalhista Ehud Barak para primeiro-ministro de Israel. Barak assumiu o cargo determinado a assinar um acordo final com os palestinos. O primeiro avanço ocorreu com a retomada das desocupações na Cisjordânia, conforme previa Wye Plantation. (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 96)

Nesse estágio, Yasser Arafat e Ehud Barak reuniram-se em Camp David (Estados Unidos), em julho de 2000, para negociar o status final dos territórios palestinos. Seria tratado questões como o tragado das fronteiras do Estado Palestino, o acesso às fontes de água, o destino dos 3,8 milhões de refugiados palestinos e o estatuto da cidade de Jerusalém (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 96).

Barak, ao que tudo indica (não há documentos oficiais), fez a mais ampla proposta já apresentada por um líder israelense. Otereceu aos palestinos o controle integral de toda a Faixa de Gaza e cerca de 90% da Cisjordânia. O controle de Israel sobre 10% da Cisjordania compreendia a estratégica faixa que acompanhava o vale do Rio Jordão e dois corredores que conectavam a faixa ao território israelense. Por conta dessa "perda" territorial, os palestinos seriam compensados com a entrega de terras localizadas ao sul de Israel. Mas a proposta não foi aceita pelos palestinos, interrompendo-se o diálogo. (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 96).

Outra questão é Jerusalém, três vezes santa, carregada de simbolismo e reivindicada para ser capital de seu Estado por ambos os povos. Dentro da área murada, chamada de Cidade Velha, fica o Muro das amentações, o monumento mais sagrado do judaísmo . A problemática surge porque o Muro das Lamentações recebe peregrinos judeus ambos os lados e estabelece os limites da Esplanada das Mesquitas, importante local religioso para o islamismo, perdendo apenas para as cidades santas de Meca e Medina (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 96).

E como nenhum dos lados arriscou abrir mão de Jerusalém Oriental, sob a pena de ser visto como traidor por seu próprio povo. Para Israel, Jerusalém (oriental e ocidental) é a capital "eterna e

indivisível" de seu Estado. Por essa razão, a oferta máxima de Barak foi ampliar os limites municipais da cidade para os palestinos instalarem ali sua capital. Mas os palestinos nem sequer concebem um Estado próprio que não tenha como capital a verdadeira Jerusalém Oriental. Em meio ao impasse, Arafat e Barak deixaram Camp David de mãos vazias, num momento em que israelenses e palestinos nunca estiveram tão perto de um acordo (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 96).

3.4 1º e 2º intifada

O termo Intifada significa entre outras coisas, a revolta. Os povos com origens árabes costumam utilizar o termo sempre que alguma insurreição contra algum regime opressor ou a algum inimigo em comum surge. Em 1987, quando a OLP parecia definitivamente derrotada e os israelense dominaram os território ocupados durante duas décadas, surge uma revolta, pois os cidadãos estavam cansados das promessas da OLP e dos países árabes, de que um dia seria reconquistado todo o território perdido. Além disso, o cotidiano estava cada vez mais difícil, portanto os habitantes de Gaza e CisJordânia iniciaram a revolta contra o exército (HILLS, 1992 pág. 28).

A Primeira Intifada durou de 9 de dezembro de 1987 até fins de 1993, por decorrência dos Acordos de Paz de Oslo. Surgiu de modo espontâneo e aparentemente sem um poder organizador por trás do levante. Era apenas uma manifestação do povo palestino contra os desmandos e contra a opressão do exército israelense. Os manifestantes, em uma prova de coragem e de revolta, partiram para cima dos militares israelenses munidos de apenas paus e pedras. Eles gritavam palavras de ordem e atacavam apenas com o que tinham. Ou seja, se trata de uma revolta sem armas. Com passeatas de milhares de pessoas, normalmente lideradas por adolescentes, era finalizada com os recursos que tinham: costumavam arremessar pedras contra soldados israelenses no final das sessões. Ou seja, o cenário era retratado com jovens, com símbolos de resistência, jogando pedras contra fuzis (BRENER, 1997, pág. 76).

O governo de Itzhak Shamir, alinhado com as forças de direita, por sua vez, não estava esperando essa Guerra nada clássica, mas reagiu dizendo que estaria disposto a “quebrar os ossos” de quem aderisse a Intifada. Assim, o número de baixas cresceu de forma impressionante e em poucos meses, mais de um milhar de jovens foram mortos. Consequentemente, no imaginário da opinião pública mundial, a imagem de palestinos sendo de barbudos, sujos e terroristas, foi substituída por garotos mortos por um exército.

Portanto, a sociedade israelense já abalada pela invasão no Líbano, após a repressão brutal se “rachou” ainda mais. (BRENER, 1997, pág. 76)

Vale destacar que nos primeiros meses de luta, a OLP, o Al Fatah e as demais facções tradicionais, tiveram pouca ou nenhuma liderança na Intifada. Contudo, um movimento que despontava era o Hamas, um grupo fundamentalista islâmico diretamente financiado pelo Irã, com apoio da Síria. Ele obtinha um papel de destaque, principalmente quanto ao dinheiro à disposição dos combatentes. Inclusive, foi responsável, com dinheiro iraniano, por montar escolas, cantinas e clínicas populares, enquanto os cofres da OLP estavam vazios (BRENER, 1997, pág. 77).

No entanto, a cada revolta, greve ou sessão de apedrejamento de colonos promovida nos territórios ocupados, era seguido pelo fechamento da fronteira. Assim, ninguém podia trabalhar em Israel, a maior fonte de renda da Cisjordânia e Gaza. Simultaneamente, em Israel crescia as manifestações pela abertura de negociações de paz com os palestinos, inclusive de personalidades importantes. (BRENER, 1997, pág. 78)

Quanto a Segunda Intifada, teve seu início em setembro de 2000 e durou até meados de 2005. O conjunto de eventos que marcou a revolta civil dos palestinos frente à política administrativa e a ocupação israelense na Palestina, foi marcada por diversas manifestações violentas que eclodiram na região próxima ao Muro das Lamentações, envolvendo palestinos e israelenses.

No dia 28 de setembro de 2000, o líder do Likud, Ariel Sharon (representante da direita israelense, conhecido pela vontade de expulsar palestinos da terra de Israel e pelas acusações de facilitar o massacre palestino nos campos de refugiados durante a invasão ao Líbano em 1982), decidiu visitar a Esplanada das Mesquitas cercado de seguranças, para reafirmar sua soberania sobre a área. No entanto, esse foi o estopim para o início das ondas de protestos, com a participação de milhares de palestinos. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 103)

Dessa vez, no entanto, o levante palestino substituiu passeatas com ataques de pedras realizadas na Primeira Intifada por ações armadas e atentados mais violentos e mortais. Sete palestinos são mortos e centenas ficam feridos. Assim, imagens bárbaras como a morte de um menino palestino por disparos de militares diante do próprio pai e das câmeras de TV, foram minando a esperança de um possível cessar-fogo. Até que em outubro de 2000, o então primeiro ministro israelense Ehud Barak suspendeu o processo de paz. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 100)

Em seguida, o novo primeiro-ministro de Israel eleito foi Sharon, o que gerou uma descrença ainda maior de palestinos de uma saída negociada para o conflito, entrando, assim, grupos terroristas como o Hamas e a Jihad islamica. No entanto, a crescente influencia de radicais de ambos os lados, tornou o embate incontrolável, sendo cada ofensiva vingada com um ato de violencia ainda maior da outra parte.

Havia jovens dispostos a morrer em nome da causa palestina e de Alá, portanto, surgiu uma campanha de ataques suicidas contra civis de Israel. Assim, a imagem e esforços diplomáticos de Yasser Arafat estava em jogo, pois para o governo israelense, o presidente palestino não estava empenhado no combate do grupo, sendo responsabilizado por cada atentado.

Ariel Sharon reuniu tropas e tanques para realizar incursões na Cisjordânia, violando o princípio básico de soberania da AP sobre esse território. Poucas construções públicas palestinas escaparam da retaliação de Israel, tendo a morte de diversos civis no fogo cruzado, além dos soldados israelenses e milicianos palestinos. Além disso, Sharon instalou postos militares de controle por toda a parte e por consequencia, a maioria dos palestinos passaram a ser barradas na rigorosa fiscalização, perdendo o direito de ir a Israel e circular livremente pelo território. Tal fato causou um desemprego em massa pois grande parte do sustento dos palestinos era trabalhando em Israel. Vale destacar também que no final de 2001, israelenses cercaram o Quartel-General (QG) da AP, deixando o líder palestino confinado até maio de 2002, deixando claro a intenção de Sharon de eliminar o governo autonomo palestino (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 103).

Em março de 2002, o grupo extremista Hamas realizou o atentado mais mortifero da Intifada até então. A explosão de um homem-bomba em um hotel matou quase 30 israelenses que comemoravam o início da Pessach - Páscoa Judaica. Como retaliação, o governo israelense planejou uma operação batizada de Muro Protetor (março a maio de 2002), que entrou para a história como a maior ofensiva efetuada na Cisjordânia desde a Guerra dos Seis Dias (1967). O Exército invadiu grandes cidades palestinas com o objetivo de destruir a “infraestrutura do terror”, segundo as palavras de Ariel Sharon. Logo, todas as cidades, com exceção de Hebron, foram declaradas “zonas militares fechadas”. Por um tempo, ninguém entrou ou saiu desses centros. O Exército israelense fez uma varredura completa nas residências e nos prédios públicos à procura de suspeitos de envolvimento com o terrorismo. Centenas de palestinos foram presos e um número ainda indeterminado deles, mortos (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 103).

O capítulo mais dramático da incursão aconteceu no campo de refugiados da cidade de Jenin, onde o exército israelense foi acusado de massacrar civis palestinos. Há relatos de que tanques e escavadeiras entraram nas ruas estreitas do campo, derrubando as casas de pedra ainda com pessoas em seu interior. O governo de Israel tentou desmentir tal versão, alegando em sua defesa que ali teria ocorrido a pior batalha contra o terrorismo em toda a operação. Para Sharon, Jenin era o principal local de origem dos homens-bomba e isso explicaria a encarniçada resistência imposta ao Exército 23 soldados morreram em combate com milicianos palestinos. (BACIC; CANEPA, 2003, pág. 104)

Os apelos do Vaticano e da comunidade internacional pelo fim do cerco levaram ao acordo que transferiu os militantes palestinos mais procurados por Israel para a ilha de Chipre. Entretanto, vale destacar que o Muro Protetor foi um marco no conflito, ao consagrar o fim das árduas conquistas obtidas pelos palestinos nos acordos de paz da década de 1990. Na prática, o mapa da Cisjordânia, desenhado após os Acordos de Oslo (1993-1995) e o Acordo de Wye Plantation (1998), não existe mais (BACIC e CANEPA, 2003, pág. 105).

REFERÊNCIAS

- BACIC, Nelson; CANEPA, Beatriz. **Oriente Médio e a questão Palestina**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção polêmica).
- BRENER, JAYME. **As guerras árabes israelenses**. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 1997.
- DAMASCENO, Thiago. **#01 O que é “Oriente Médio”?**. Goiás: IFG, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/9--wedJHWug>>. Acesso em: 10 maio 2022.
- FIGUEIREDO, Felipe. **Oriente Médio: Nerdologia**. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/yAwCFfO1Zv0>>. Acesso em: 10 maio 2022.
- FREIGNIER, Michel. **Guerra e paz no Oriente Médio**. Tradução Mario Vilela. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- GRINBERG, keila. **O mundo árabe e as guerras árabes israelenses**. In REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. O século XX: O tempo das dúvidas. v3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 97-131p.
- HILLS, Ken. **Guerras que mudaram o mundo: As guerras árabes-israelenses**. Tradução e adaptação Jayme Brener. São Paulo: Editora ática, 1992.
- KARNAL, Leandro. **Oriente Médio**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da geografia**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Edição digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 344pág.
- MATÉRIA BRUTA. A guerra dos seis dias com Michel Gherman. 2021. Disponível em: <>. Acesso em: 8 outubro 2021
- PETTA, Nicolina; OJEDA, Eduardo; DELFINI, Luciano. **História: uma abordagem integrada: volume único**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2005. 349p.
- SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 368pág.
- _____. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução Rosaura Eickenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007. 184pág.
- SMITH, Dan. **O Atlas do oriente médio**. Tradução Mário Vilela. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008. 144pág.
- STEPHAN, Claudia. **A agência das nações unidas para os refugiados palestinos (unrwa) na cisjordânia e faixa de gaza: Uma Necessidade Socioeconômica e Jurídica**. Belo Horizonte: UFPR/NEPRI, 2013.

Fontes Iconográficas

Imagem 1 – Mapa localizando o Oriente Médio. Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2005. Disponível em : <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Map-World-Middle-East.png>.

Imagem 2 – Mapa étnico do Oriente Médio. Fonte: IZADY, Michael, 2000. Gráfico rediseñado by Geopolitical Futures. Disponível em: <http://gulf2000.Columbia.edu/maps.shtml>.

Imagem 3 – Mapa étnico e religioso do Oriente Médio. Fonte: , 2016. Disponível em <http://professorleandronieves.blogspot.com/2016/05/>.

Imagem 4 – Mapa dos grupos étnicos do Oriente Médio. Fonte: SÉISME AU MOYEN-ORIENT, 1991 <http://jimboedidatica.blogspot.com/2013/>

Imagem 5 – Liga árabe e blocos econômicos do local. Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2013 https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arab_Cooperation_Council.png

Imagem 6 – Acordo de Skyes Picot - Fonte: BBC News Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36320891>

Imagem 7 – Formação do Estado de Israel. Fonte: *Carta Campinas*, 2021 Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2021/06/na-logica-real-da-politica-o-lobby-pro-israel-dentro-dos-eua-e-constitutivo-do-apartheid/>

Imagem 8 – O mapa de Israel antes e depois da Guerra dos Seis Dias (1967). **Fonte:** BBC, 2017. Disponível em: https://1.bp.blogspot.com/-UQWcwsYZ2e4/W8yt8YjuG0I/AAAAAAAAAFL4/JW6plj8aSyAHal2y6xzVqtwmMjfYXueLwCLcBGAs/s1600/_96305952_israel-before-after-v18.png

Imagem 9 – Situação e histórico da Questão da Palestina. Fonte: Blog da Boitempo. Disponível: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/01/a-palestina-apagada-do-mapa/>

CRONOLOGIA

- **1916** - Acordos Sykes-Picot para a partilha do Império Otomano.
- **1917** - Declaração Balfour.
- **1920** - A conferência de San Remo fixa os limites dos mandatos no Oriente Médio.
- **1937** - O governo britânico anuncia um plano de partilha da Palestina, rejeitado pelos árabes.
- **1945** - Fundação da Liga Árabe.
- **1947** - A ONU aprova um plano de partilha da Palestina entre judeus e árabes.
- **1948** - Fundação do Estado de Israel; explode a primeira guerra árabe-israelense.
- **1956** - Crise de Suez.
- **1958** - Criação da República Árabe Unida (RAU).
- **1960** - Fundação da Opep.
- **1964** - Criação da OLP.
- **1967** - Guerra dos Seis Dias. Resolução 242 da ONU exigindo a saída de Israel dos territórios ocupados.
- **1969** - Yasser Arafat passa a dirigir a OLP.
- **1970** - No Setembro Negro, os palestinos são massacrados e obrigados a fugir da Jordânia.
- **1973** - Guerra do Yom Kippur. Primeira crise do petróleo.
- **1975** - Começa a guerra civil no Líbano.
- **1976** - O Exército sírio invade o Líbano.
- **1978** - Acordos de Camp David. Israel invade o sul do Líbano.
- **1979** - Fundação da República Islâmica do Irã. Ocupação da Embaixada dos Estados Unidos em Teerã. Segunda crise do petróleo.
- **1982** - Israel lança a operação Paz na Galiléia e sitia Beirute. Massacre dos campos palestinos de Sabra e Chatila. Israel devolve o Sinai ao Egito.
- **1987** - Conferência de Amã. Começa a intifada.
- **1988** - Cessar-fogo entre o Irã e o Iraque. O conselho Nacional Palestino proclama o Estado palestino.
- **1991** - Guerra do Golfo. Conferência de Madri, entre palestinos e israelenses.
- **1993** - Acordo de Washington entre Israel e a OLP.
- **1994** - Israel e a OLP assinam o Acordo sobre a faixa de Gaza e a área de Jericó, oficializando a autonomia dos palestinos dessas áreas.